

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGE

Notas Explicativas da Administração às

Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2020 e de 2019

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando expresso)

1. Contexto Operacional

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGE**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Pernambuco, constituída com base na Lei Estadual nº 13.701, de 18 de dezembro de 2008.

A **AGE** é uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua Legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional. A Agência recebeu autorização de funcionamento, conforme comunicado DEORF/GTREC - 2010/09947, de 09 de dezembro de 2010, do Banco Central do Brasil.

A **AGE** tem como principal finalidade a realização de ações de fomento econômico no Estado de Pernambuco, incluindo a realização de financiamentos para investimentos fixos, de giro, mistos, associados a projetos, utilizando recursos próprios ou repasse de recursos de instituições financeiras e fundos regionais, nacionais e internacionais, a concessão de garantias, a gestão de fundos de desenvolvimento e a prestação de serviços de consultoria financeira, em consonância com o Plano do Governo Estadual, podendo praticar todas as modalidades operacionais previstas nas normas do Banco Central do Brasil para as Agências de Fomento.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76 e suas alterações, associadas às normas do CMN – Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil - BACEN, através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Sendo assim, estão observados nas Demonstrações Contábeis da Agência os seguintes pronunciamentos normas do Conselho Monetário Nacional - CMN: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamentos Baseados em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, CPC 41 – Resultado por ação, e CPC 46 – Mensuração do Valor Justo - Os demais pronunciamentos técnicos não citados, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional, não podem ser aplicados.

As demonstrações Financeiras ora apresentadas referem-se ao período encerrado em 30 de junho de 2020, data de encerramento do semestre, e comparadas em conformidade com a Circular Bacen 3959, de 04/09/2019.



As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações Financeiras estão definidas a seguir:

a) Disponibilidades

Para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de Disponibilidades, que são utilizados para atendimento dos compromissos de curto prazo.

b) Operações de Crédito

As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço quando pós-fixadas e líquido das rendas a apropriar em razão da fluência dos prazos das operações, quando pré-fixada.

Por recomendação do BACEN, a atualização das operações de crédito ocorre até o 60º dia, sendo contabilizada como receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, somente quando efetivamente recebidas.

Todas as operações de crédito estão classificadas obedecendo os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999, do CMN.

As operações de crédito em atraso são classificadas nos níveis de "A" até "H". Aquelas classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas no mesmo nível em que se encontravam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

c) Ativo Permanente

O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo BACEN e divulgadas abaixo:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação;
- 20% para sistema de processamento de dados.


Os valores registrados no Intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

d) Ativos e Passivos Contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Agência tem uma obrigação legal ou implícita, como resultado de eventos passados. São avaliadas, reconhecidas e divulgadas de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução CMN 3.823/2009 e Normas e Pronunciamentos Contábeis - CPC 25.

No encerramento do semestre findo em 30.06.2020 não existiam fatos que ensejassem a necessidade de constituir quaisquer tipos de provisão para contingências.

2



e) Demais Ativos e Passivos

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

f) Apuração do Resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, quando exigível, são calculados em bases mensais sobre o resultado contábil do período, ajustado pelas adições determinadas, pelas exclusões admitidas e pelas compensações de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, até o limite definido em Legislação específica vigente à época da ocorrência dos fatos geradores.

3. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 30 de junho de 2020 e 2018 conforme abaixo, visando inclusive, cumprir ao determinado na Resolução nº 2.828 do BACEN, no que trata da aplicação em Títulos Públicos Federais, sendo 90% destes aplicados em Fundos com remuneração pela taxa básica de juros da economia e os outros 10% em títulos do tesouro nacional na modalidade Tesouro SELIC:

	Vencimento	Jun/2020	Dez/2019
Curto Prazo (para negociação)		17.133	16.252
Cotas de Fundos de Renda Fixa	Sem vencimento	17.133	16.252
Longo Prazo (mantido até o vencimento)			
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2021	4.265	4.192
TOTAL		21.398	20.444

4. Operações de Crédito

As operações de crédito da Agência estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

4.1. Composição por Atividade Econômica

A Vencer

	30.06.2020				31.12.2019			
Setor Privado	Até 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais 360 dias	Total	Até 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais 360 dias	Total
St Publico Com	-	-	-	-	-	3	-	3
Outros Serviços	192	2.645	18.476	21.313	39	3.021	13.926	16.986
Set publ municp	2	-	-	2	-	-	-	-
Indústria	31	590	4.194	4.815	13	10	5.433	5.456
Comércio	633	3.666	3.264	7.563	66	123	2.418	2.607
Pessoa Física	59	146	13	218	513	2.143	159	2.815

Subtotal	917	7.047	25.947	33.911	632	5.300	21.935	27.867
----------	-----	-------	--------	--------	-----	-------	--------	--------

Vencido

Sector Privado	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total
Serviço	110	8	64	182	3.920	45	29	3.994
Indústria	20	94	51	165	9	97	430	536
Comércio	294	87	283	664	386	211	83	680
Pessoa Física	42	25	10	76	199	29	29	257
Subtotal	466	214	408	1.087	4.514	383	570	5.466

4.2. Composição por Nível de Risco e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A VENCER		30.06.2020					31.12.2019
Nível de risco	Até 180 dias	de 180 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total	% Resolução BACEN	Provisão	Provisão
A	714	3.994	11.858	16.566	0,50%	83	46
B	26	1.893	12.191	14.110	1,00%	141	146
C	23	891	1.851	2.765	3,00%	83	106
D	56	257	23	337	10,00%	34	44
E	-	10	3	13	30,00%	4	1
F	97	-	-	97	50,00%	48	-
G	1	-	-	1	70,00%	1	3
H	-	1	21	22	100,00%	22	36
Total	917	7.047	25.947	33.911		416	382

VENCIDO		30.06.2020					31.12.2019
Nível de risco	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total	% Resolução BACEN	Provisão	Provisão
A	260	-	-	260	0,50%	1	14
B	24	-	-	24	1,00%	-	10
C	151	-	-	151	3,00%	5	22
D	24	115	-	139	10,00%	14	17
E	1	23	-	24	30,00%	7	27
F	-	27	149	176	50,00%	88	59
G	2	45	42	89	70,00%	62	38
H	3	4	217	224	100,00%	224	546
Total	465	214	408	1.087		401	732

4.3. Movimentação da provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa nos semestres:

	2020	2019
Saldo no Início do exercício	1.113	2.817
Adições	368	404
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	(293)	(207)
Reversões	(19)	(677)
Baixa	(351)	(1.224)
Saldo no Final do semestre	817	1.113

5. Outros Créditos

Os valores registrados em Outros Créditos estão representados, conforme demonstrado a seguir:

	jun/20	dez/19
Impostos e Contribuições a Compensar	25	22
Devedores Diversos - País	112	165
Despesas Antecipadas/Outros valores	35	1
Adiantamento por Conta de Imobilizações	-	4
Serviços Prestados a Receber	33	29
Adiantamentos e Antecipações Salariais	9	1
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	1	2
	<u>215</u>	<u>224</u>

6. Imobilizado de Uso

Demonstrada a seguir, a movimentação e composição dos ativos Imobilizados de Uso e Intangível:

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2020	Saldo em 30/06/2019
PERMANETE	500	(320)	-	180	231
<u>Imobilizado de Uso</u>	<u>90</u>	<u>(18)</u>	<u>-</u>	<u>72</u>	<u>126</u>
Móveis e Equipamentos de Uso	650	-	-	650	399
Mobiliário	285	-	-	285	50
Equipamento de Processamento	318	-	-	318	56
Outros Equipamentos	48	-	-	48	293
(Depreciação)	(560)	(18)	-	(577)	(633)
(-) Depreciação Móveis e Equip. de Uso	(560)	(18)	-	(577)	(279)
(-) Aparelho de Refrigeração	(26)	(2)	-	(28)	(35)
(-) Maquinas e Equipamentos	(10)	(1)	-	(11)	(40)
(-) Mobiliários	(211)	(14)	-	(226)	(204)
(-) Equipamento de Proc. de Dados	(312)	(1)	-	(314)	(355)
<u>Intangível</u>	<u>410</u>	<u>(302)</u>	<u>-</u>	<u>108</u>	<u>105</u>
Ativos Intangíveis	2.667	6	(1.845)	829	2.054
Sistema de Processamento Aquisição	-	4	-	9	-
Licenças Contratuais	-	2	(1.845)	820	-
(-) Amortização Acumuladas	(2.258)	(308)	1.845	(721)	(1.949)
(-) Sistema Proc. Dados/Aquisição	-	-	-	(5)	-
(-) Amortização de Licenças Contratuais	-	(308)	1.845	(716)	-

Em virtude das alterações efetuadas nas contas do Ativo Permanente, pelo Banco Central do Brasil, constante na Carta Circular nº 3.940 de 22/03/2019, foram realizadas reclassificações de grupos e contas na posição do imobilizado, mais especificamente no que se referem abaixo:

1 – Bens que antes eram classificados como “**Aparelho de Refrigeração**” foram transferidos para “**Outros Equipamentos**”;

2 – Bens que antes eram classificados como “**Processamento de Dados**”, foram transferidos para “**Equipamentos de Processamento de Dados**”;

3 – No Intangível as “**Licenças de Uso**”, foram reclassificadas para “**Sistema de Processamento de Dados – Aquisição e para Licenças Contratuais**”.

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na recuperação desses ativos, com base sempre em eventos ou alterações significativas, que indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Os resultados encontrados nos levantamentos realizados, referentes ao balanço de 30 de junho de 2019, com base nas premissas conhecidas, não apontam a necessidade de ajuste contábil de “*impairment*” na AGEFEPE.

7. Obrigações por Empréstimos e Repasses

Os valores registrados em Obrigações por Empréstimos e Repasses, referem-se a repasses do BNDES, FINEP e BNB-FNE, correspondentes a financiamentos de longo prazo, superiores a 5 anos para liquidação e já estão sendo amortizados mensalmente, conforme demonstrado a seguir:

Passivo Circulante

	2020	2019
Obrigações por Repasses-BNDES	-	411
Obrigações por Repasses – FINEP	351	347
Obrigações por Repasses – BNB	150	151
	501	909

Exigível a Longo Prazo

	2020	2019
Obrigações por Repasses-BNDES	-	2.806
Obrigações por Repasses – FINEP	769	922
Obrigações por Repasses – BNB	394	467
	1.163	4.196

- Os recursos do BNDES, são corrigidos pela URTJLP, possuem garantia de contrato entre a Irmandade Santa Casa de Misericórdia do Recife e o Ministério da Saúde;
- Os recursos do FINEP, são corrigidos pela TJLP, e apresentaram garantias de imóveis/máquinas.
- Os Recursos do BNB, são PRE – Fixados e apresentaram garantias reais de painéis solares.

8. Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias

Representam as obrigações da Instituição, principalmente, para com o Governo Federal, relativas a Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros, Impostos e Contribuições sobre salários e PIS/COFINS sobre as receitas.

	jun/20	dez/19
INSS	265	73
IRRF	30	43
COFINS	87	22
FGTS	73	20

6



Agência de
Empreendedorismo
de Pernambuco



IOF	-	6
PIS	14	4
ISS	3	4
TOTAL	472	172

9. Outras Obrigações - Diversas

Compreende as provisões das despesas administrativas do mês de junho/2020 e as provisões das despesas de pessoal sobre férias acrescidas de 1/3 e 13º salário dos funcionários e Diretoria, correspondente ao saldo acumulado no final do semestre, e outros credores.

	jun/20	dez/19
Provisão Outras Despesas Administrativas	200	393
Provisão de Férias e Encargos	423	209
Credores Diversos	181	514
TOTAL	804	1.116

10. Patrimônio Líquido

Capital Social

Em janeiro de 2020 foi homologado e integralizado em espécie aumento de capital, no valor de R\$ 6.400. passando o capital, antes no valor de R\$ 65.410., para o montante de R\$ 71.810., representado por 70.754.408 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. Este aumento ocorreu com a integralização e subscrição de 6.400.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo acionista Estado de Pernambuco.

O Capital Social é representado exclusivamente por ações ordinárias. Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O Quadro de acionistas está assim constituído (em Reais 1,00):

Acionistas	2020		2019	
	R\$	Percentual	R\$	Percentual
Estado de Pernambuco	71.400.000	99,43%	65.000.000	99,37%
AD DIPER	350.000	0,49%	350.000	0,53%
SINDUSGESSO	50.000	0,07%	50.000	0,08%
FEMICRO	10.000	0,01%	10.000	0,02%
Demais Acionistas	10	0,00%	10	0,00%
Total	71.810.010	100,00%	65.410.010	100,00%

7

11. Despesa de Pessoal e Honorários

	1º Sem. 2020	1º Sem. 2019
Ordenado e Representação	866	608
INSS	395	272
Honorários	450	345
Alimentação	278	172
Férias	153	103
FGTS	114	78
13º Salário	104	75
Outras	37	25
	<u>2.397</u>	<u>1.678</u>

12. Outras Despesas Administrativas e tributárias

	1º Sem. 2020	1º Sem. 2019
Manutenção e Conservação	39	61
Processamento de Dados	39	39
Publicações	79	113
Serviços de Terceiros	101	77
Serviços Técnicos Especializados	455	889
Aluguéis	175	149
Comunicação	49	36
Serviços de Vigilância	-	102
Taxas Diversas	-	49
Cartórios e Emolumentos	-	60
Serviços Financeiros	95	39
Tributaria e Outras	127	103
	<u>1.161</u>	<u>1.717</u>

13. Divulgação sobre Partes Relacionadas

Nos 1º. semestres de 2020 e 2019, a AGE não teve nenhuma operação com partes relacionadas.

14. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A gestão de riscos da AGE considera as exigências e níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta. O gerenciamento resulta em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da instituição num processo contínuo de otimização, da gestão que visa os controles e a mitigação dos riscos.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução Bacen nº 3721/2009, existe política definida para a gestão do risco de crédito.

8

b) Risco de Mercado

Foi implementada a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado na Instituição que tem o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição desses riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e acompanhamento. Além da definição das diretrizes de gestão, foi encaminhada a sistematização das regras de apuração da parcela de Patrimônio de Referência Exigido, referente ao risco de mercado, considerando as características das operações existentes, tendo presente os requisitos mínimos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

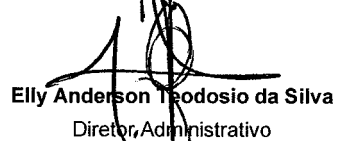
c) Risco Operacional

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional definida contempla a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle. O sistema implantado com esse fim específico tem por base a classificação de riscos prevista no disposto na Resolução Bacen nº. 3.380/2006.


Marcelo Andrade Bezerra Barros
Diretor Presidente


Leonardo Ângelo de Souza Santos
Diretor de Negócios


Eduardo Luiz Almeida de Queiroz
Diretor Financeiro e de Planejamento e Controle


Elly Anderson Teodosio da Silva
Diretor Administrativo


Teófilo Soares de Almeida
Contador-CRC/PE nº 022.654/O-0

